



ESTADO DA PARAIBA
Câmara Municipal de Campina Grande
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

PROJETO de LEI Nº 153/92

Em 24 de setembro de 1992

Autor Ver. Márcio Rocha

Tip. Lins Ltda. - Fone: 322-6057

EMENTA: Reconhece de utilidade pública e dá outras providências.

(Centro de Integração e Alternativa para o Desenvolvimento de Base e Ação Social - CIADAS)

A Comissão de JUSTIÇA

para dar parecer.

S. S. Câmara Municipal, 28 de 09 1992

Presidente

Secretário

Aprovado em sessão de 07 de dezembro de 1992 em 1ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

Presidente

Secretário

Aprovado em sessão de 11 de 9 de 1992 em 2ª. votação

S. S. Câmara Municipal

Presidente

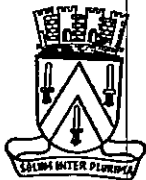
Secretário

REDAÇÃO FINAL

Aprovado em sessão de ____ de ____ de 19 ____.

S. S. Câmara Municipal, ____ de ____ de 19 ____

DISTRIBUIÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI Nº 153/92
AUTOR: Márcio Rocha


Recebemos em nossa Comissão de Justiça, Projeto de Lei nº 153/92 de autoria do vr. Márcio Rocha, que Reconhece de Utilidade Pública e dá outras providências, para que seja emitido o devido parecer.


Visa a presente propositura Reconhecer de Utilidade Pública, o Centro de Integração e Alternativa para o Desenvolvimento de Base e Ação Social-CIADAS, conforme seu artigo primeiro.

Após acurado estudo à matéria em pauta, opitamos, pela sua constitucionalidade e juridicidade, acatando sua tramitação, pelo Douto plenário da Casa.

Sala das Comissões Permanentes, em 29 de setembro de 1992.

Ary Ribeiro
Presidente-rel.


Maciel V. Batista
secretário


Aristoteles Agra
membro

mvs/



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

PROJETO DE LEI Nº 153/92.

"RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º - Fica reconhecido como de Utilidade Pública o CEN
TRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE
E AÇÃO SOCIAL - CIADAS.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi
cação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal
Em, 24 de Setembro de 1992.


MARCIO TARRAT ROCHA
Vereador/PPS

JUSTIFICATIVA:

O CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENT
O DE BASE E AÇÃO SOCIAL - CIADAS, fundado em 15 de setembro
de 1991, é uma sociedade civil de natureza jurídica de Direito
Privado, sem fins lucrativos, com Estatutos devidamente public
ados no Diário Oficial do Estado e devidamente registrados no
Cartório do 5º Ofício Cível da Comarca de Campina Grande - PB,
com área de atuação no município de Campina Grande e municip
ios circunvizinhos, cujo objetivo é apoiar os esforços de ajud
a mútua aos setores mais carentes da referida área de atuação
no que diz respeito à cooperação Técnica e Financeira dos proj
etos alternativos de: Agricultura, Educação Popular, Artesanam
ento, Saúde, Habitação, Cooperativismo, etc.

Para atingir os objetivos traçados o CIADAS, tem em seus
quadros profissionais qualificados e comprometidos com o desenv
olvimneto de Base e Ação Social.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

Os Serviços prestados pelo CIADAS, tem sido e será de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e Social da sua área de atuação e, o reconhecimento de Utilidade Pública reforçará em muito a sua atuação para o alcance de seus objetivos, justificando-se dessa forma a nossa propositura.

O Autor.

ESTATUTO SOCIAL DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E AÇÃO SOCIAL - CIADAS.

CAPÍTULO I

DO NOME, NATUREZA JURÍDICA, SEDE, DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - O CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E AÇÃO SOCIAL, doravante denominado, simplesmente de CIADAS, é uma Sociedade Civil de natureza jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e Foro no município de Campina Grande, Estado da Paraíba, com prazo de duração contínuo, cuja a área de trabalho é todos os municípios circunvizinhos de Campina Grande, destinado a dedicar-se a apoiar os esforços de ajuda mútua aos Setores mais carentes da referida área de trabalho, através da cooperação Técnica e Financeira dos projetos alternativos, na agricultura, educação popular, artesanato, saúde e cooperativismo, onde serão regidos pelas regras legais incidentes e pelo presente Estatuto.

Art. 2º - São finalidades do CIADAS:

I - Defender os interesses sociais, culturais e econômicos, através da ajuda mútua à Organizações de base, tais como: Cooperativas agrícolas e artesanais, Associações Comunitárias, Empresas Urbanas, SAB's, etc, operando juntamente com esses grupos locais, lhes proporcionando ajuda financeira, assessoramento, assistência técnica, treinamento e serviços de comercialização;

II - Atuar como intermediário entre a Instituição Financiadora e a Organização Privada local beneficiária, no sentido de captar cooperação técnica e financeira de Organismos do Setor Público e Setor Privado, e de Instituições financeiras internas e externas, para apoiarem o desenvolvimento de base na área de trabalho, através das Organizações Privadas locais;

III - Servir de suporte a essas Organizações Comunitárias locais, através da Prestação de Serviços de Assessoria aos Projetos desenvolvidos por esses Grupos carentes da área de trabalho, em particular nas áreas de: Produção Agropecuária, Cooperativismo/Administração, Educação Popular/treinamento, Pesquisa/Divulgação, Habitação, saúde, Assistência Jurídica, Expressão Cultural/artesanato e Ecodesenvolvimento;

IV - Através das ações desenvolvidas iremos procurar identificar, sistematizar e explorar formas alternativas de assistência ao desenvolvimento, que possam contribuir mais efetivamente para os esforços de auto-ajuda a essas Organizações de base. Relatando como se organizam e trabalham esses setores mais carentes das cidades circunvizinhas de Campina Grande, para melhorar sua vida;

V - Para que possamos atingir as finalidades propostas, através dos objetivos delineados nas alíneas anteriores deste Art., o CIADAS, celebrará Convênios de Doações, Projetos ou dotações do Poder Público Estaduais, Federais e Internacionais.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS: ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º - O CIADAS é constituído de número ilimitado de membros, sem distinção de Raça, Nacionalidade, Condições Sociais e econômicas, Profissão e Religião, que desenvolvam atividades juntamente com o desenvolvimento de base da área de trabalho.

Art. 4º - São admitidos como membros do CIADAS:

I - As pessoas que estejam comprometidas com a luta dos setores mais carentes da região circunvizinha de Campina Grande e que acatem a doutrina e orientação oriundas da administração deste Centro;

II - A admissão de novos membros dar-se-á unicamente mediante aprovação do Conselho Diretor e da Assembléia Geral;

III - É vedada a admissão de membros que não estejam de acordo com as orientações contidas neste Estatuto.

Art. 5º - São Direitos dos Membros:

I - Votarem e serem votados;

II - Participar e acompanhar todas as atividades realizadas pelo Centro;

III - Afastar-se do mesmo quando lhes convier;

IV - Usufruir dos direitos ao que confere o presente Estatuto;

V - Usarem da Palavra nas reuniões de Assembléia Geral;

VI - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

Art. 6º - São Deveres dos Membros:

I - Cumprir o presente Estatuto, bem como respeitar as Resoluções Regulamentares tomadas pelo Conselho Diretor e as deliberações das Assembléias Gerais;

11 - Assistirem, com assiduidade, as reuniões de Assembleia Geral, porque caso falte no máximo a 4 (quatro) reuniões de Assembleia Geral, sem justificativa convincente, será automaticamente afastado do Centro;

III - Pagar pontualmente a contribuição fixada pelo CIADAS, conforme deliberação em Assembleia Geral;

IV - Defender, lutar e apoiar as atividades desenvolvidas pelo CIADAS, para que possa atingir os seus objetivos sociais;

V - Resistir ao uso da Entidade para fins ilícitos partidários.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 7º - O CIADAS tem por patrimônio bens móveis, imóveis e semoventes adquiridos por Doações, compra ou outros meios legais, e pelos frutos por eles produzidos, e será administrado pelo Conselho Diretor, os quais serão escriturados em nome do Centro.

Art. 8º - Das Fontes de Receitas do CIADAS:

I - Contribuições dos membros;

II - Subvenções, auxílios, donativos, convênios, doações, legados, etc.;

III - Taxa de administração;

IV - Rendas eventuais;

V - Dos resultados das atividades Sociais e Econômicas não compreendidas nas alíneas anteriores.

Parágrafo Único - Todos os bens e recursos financeiros do CIADAS, conforme os Arts. 7º e 8º deste Estatuto, deverão ser registrados e recolhidos em Contas Bancárias em nome do CIADAS e apenas movimentado pelo Presidente e Tesoureiro, com a assinatura de ambos nos cheques emitidos.

Art. 9º - Nenhum membro poderá lançar mão de bens do CIADAS para si ou para outrem, vendê-los, trocá-los ou aliená-los sem prévia autorização do Conselho Diretor em Assembleia Geral: no caso de dissolução do Patrimônio Social.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA

Art. 10º - O CIADAS é constituído da seguinte estrutura:

I - Conselho Diretor;

II - Conselho Fiscal;

III - Assembleia Geral.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DIRETOR

Art. 11º - O CIADAS será administrado por um Conselho Diretor, composto por 04 (quatro) membros: 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente, 01 (um) Secretário, e 01 (um) Tesoureiro.

Art. 12º - Compete ao Presidente representar o CIADAS em juízo e fora dele no que diz respeito aos seus interesses, convocar e presidir as Assembleias Gerais e demais reuniões e ocorrências que se faça necessário, fazendo cumprir as decisões das mesmas, assinar cheques e documentos emitidos pelo Centro e proferir o voto de desempate.

Art. 13º - Compete ao Vice-Presidente, substituir e auxiliar o Presidente em suas atividades e em quaisquer área de competência, quando a presença do mesmo não for possível.

Art. 14º - Compete ao Secretário: secretariar as Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Diretor redigindo atas e assinando-as, manter o arquivo, bem como, livros e documentos atualizados.

Art. 15º - Compete ao Tesoureiro: juntamente com o Presidente abrir, fechar e movimentar Contas Bancárias e assinar compromissos financeiros e os cheques emitidos pelo CIADAS, efetuar pagamentos e apresentar demonstrativos contábeis mensalmente das Receitas e Despesas à Assembleia Geral.

DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR

Art. 16º - O CONSELHO DIRETOR DO CIADAS será eleito pelo Plenário, na primeira sessão da Assembleia Geral Ordinária, através de voto por aclamação ou secreto, cujos mandatos terão a duração de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse, podendo ser reeleitos apenas 1/3 (um terço) dos seus membros efetivos.

Parágrafo Único - Conhecido os resultados, os eleitos serão empossados imediatamente.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL

Art. 17º - O Conselho Fiscal é formado por 03(três) membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos nas mesmas condições dos membros do Conselho Diretor.

Art. 18º - O Conselho Fiscal tem por finalidade:

- I - Examinar e emitir parecer sobre as contas e relatórios financeiros do CIADAS;
- II - Prestar contas de suas atividades nas Assembléias Gerais;
- III - Eleger, dentre seus membros efetivos, o Presidente, o Secretário e o relator.

SEÇÃO III

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Parágrafo Único - O CIADAS se reunirá em Assembléia Geral Ordinária uma vez por ano, após o exercício anual, para prestação de contas, planejamento das atividades posteriores e a eleição dos membros componentes do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Haverá tantas reuniões de Assembléia Geral Extraordinária quantas forem necessárias e serão convocadas pelo Conselho Diretor. A convocação só será feita com 10 (dez) dias de antecedência, através de Edital de Convocação e só terá início e validade após a presença de metade mais um dos seus membros em 1ª convocação, e o número de membros presentes em 2ª convocação será qualquer um.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES DO CIADAS

Art. 19º - Caso o CIADAS venha admitir empregados, para melhor atender ao volume de serviços que futuramente possa existir, os mesmos serão regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT).

Art. 20º - A admissão de empregados será feita mediante exposição de motivos do Conselho Diretor e a homologação em Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º - Para a sua manutenção, o CIADAS poderá receber auxílios financeiros, doações e subvenções de Pessoas Físicas e Jurídicas.

Art. 22º - O ano Social começa no 1º dia de Janeiro e termina no dia 31 de Dezembro de cada ano, quando deverá ser encerrado o balanço geral do Centro.

Art. 23º - O CIADAS só poderá ser dissolvido por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros em Assembléia Geral, previamente convocada para esta finalidade.

Art. 24º - Em caso de dissolução do CIADAS, o patrimônio será revertido para outro Centro congêneres, devidamente registrado no Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 25º - Este Estatuto só poderá ser reformado em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, com a presença da maioria simples dos sócios e por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios presentes; este processo só ocorrerá no todo ou em parte, quando sua prática mostrar o contrário.

Art. 26º - Os casos omissos ou lacunosos no presente Estatuto, serão resolvidos soberanamente pelo Plenário da Assembléia Geral e registrados em ata para os fins necessários.

Art. 27º - Este Estatuto entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Estado e Registrado no Cartório de Notas e Títulos.

Campina Grande, 15 de Setembro de 1991

CONSELHO DIRETOR:

[Assinatura]
Presidente

[Assinatura]
Vice-Presidente

[Assinatura]
Secretário

[Assinatura]
Tesoureiro

NO 1992

VARA

PROCESSO Nº 26 A-3

República Federativa do Brasil



ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Cartório do 5º. Ofício Cível

REGINA FRANÇA ISIDRO
ESCRIVÃ

Ação: Arquivamento dos Estatutos do
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ALTERNATIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E
AÇÃO SOCIAL CIADAS

AUTOR: /

RÉU: /

AUTUAÇÃO

Aos 14 dias do mês JUNHO do ano de
mil novecentos e 92 nesta cidade de Campina
Grande, do Estado da Paraíba, em meu Cartório, autuei os documentos que adiante se vêm. Do que, fiz este
termo. Eu,

Oficial do Registro Especial

escrivã, o escrevi

ESTADO DA PARAÍBA
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
TABELIONATO E 5º CARTÓRIO CÍVEL
EDF. DO FORUM - ANDAR TÉRREO
TELEFONE: 321.3005



COMARCA DE CAMPINA GRANDE
REGINA FRANÇA ISIDRO
OFICIAL DO REGISTRO ESPECIAL
TABELIÃ E ESCRIVÃ
CAMPINA GRANDE — PARAÍBA

REGINA FRANÇA ISIDRO, Oficial
do Registro e Títulos e Co-
municados da Comarca de
Campina Grande Estado da Paraíba,
em virtude de Lei, etc.

CERTIFICO -- a requerimento

verbal de pessoa interessada que, do Cartório a meu cargo, consta o registro de nascimento do Estatuto do Centro de Integração e Alt.p/o Desenv. de Pq. e Ação Social-Cialas sob nº 546, no livro A-3 (Livro do Registro Civil das Pessoas Jurídicas), da f.ª na 266/, com data de 17 de 06 de 1908, apor-
tado sob nº de ordem 7485 do Protocolo 9.º do ESTATUTO A VERMELHO ;
DUPL.

Campina Grande, 17 de Junho de 1992

Official to Reg. Special

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA FUNDAÇÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E AÇÃO SOCIAL - CIADAS, REALIZADA NO DIA QUINZE DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E UM, NAS DEPENDÊNCIAS DA CASA DA COMUNIDADE.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E UM NAS DEPENDÊNCIAS DA CASA DA COMUNIDADE DO CONJUNTO SEVERINO CABRAL COM A PRESENÇA DOS SENHORES LINDBERG CRISPINIANO VASCONCELOS FRANCINALDO DA SILVA FRANCIVALDO LAURENTINO DOS SANTOS FRANCISCO DE ASSIS LAURENTINO DOS SANTOS EDNEUZA ALVES DE MEDEIROS VASCONCELOS ELBA LÚCIA ALVES VANDERLEI MEDEIROS DE OLIVEIRA MÁRCIO TARRADT ADCHA MARIA DO SOCORRA COLAÇO FERRÃO VERÔNICA ALVES DA SILVA MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA FERNANDO CASSEMIRO DE MELO FUNDADORES DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E AÇÃO SOCIAL EXATAMENTE ÀS QUINZE HORAS E TRINTA MINUTOS O FUNDADOR LINDBERG CRISPINIANO VASCONCELOS DEU INÍCIO A ASSEMBLEIA FAZENDO UMA TOTAL EXPLANAÇÃO DO CIADAS CITANDO QUAIS SÃO AS FINALIDADES DO CIADAS ACESSORAR ELABORAR E ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE INTEGRAÇÃO COM AS COMUNIDADES CARENTES ATRAVÉS DE PROJETOS ALTERNATIVAS QUE VENHAM PRODUIR UMA NOVA FONTE DE RENDA INSERVINDO UM PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA TENDO COMO OBJETIVO CRIAR MELHORES CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA FACULTANDO A PALAVRA COMO NINGUÉM QUIZ FAZER USO DA MESMA O SR. LINDBERG CRISPINIANO VASCONCELOS DECLAROU ENCERRADA OS TRABALHOS DE ASSEMBLEIA ÀS DEZOITO HORAS DA QUAL EU FRANCIVALDO LAURENTINO DOS SANTOS LAVREI A PRESENTE ATA A QUAL ESTÁ TAMBÉM ASSINADA PELOS DE MAIS FUNDADORES CAMPINA GRANDE AOS QUINZA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E UM

Lindberg Crispiniano Vasconcelos

Francivaldo Laurentino dos Santos

Edneuza A. M. Vasconcelos

Verônica A. da Silva

Maria José Alves da Silva

Francinaldo da Silva

Fernando Cassemiro de Melo

Francisco de Assis Laurentino dos Santos

Elba Lúcia Alves

Vanderlei Medeiros de Oliveira

Maria do Socorro Colaço Ferrão

SUMÁRIO DA ATA

UMA AGROINDUSTRIAL SOCIEDADE ANÔNIMA

CSC.68.991.302/0001.74

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA OCORRIDA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 1991

1. LOCAL, DATA E HORA:

Sede social à Av.Princesa Isabel nº 1003, J.Pessoa.PB., 30 de outubro de 1991, 08.00hs.

2. PRESEÇA NA MESA DIRETORIA DOS TRABALHOS:

Presente a totalidade dos acionistas, por si ou seus representantes legais e/ou com exibição de mandato procuratório. (Presidente): d.Ieda Regis Ribeiro Coutinho. (Secretário): Paulo Germano Regis Ribeiro Coutinho.

3. DELIBERAÇÕES TOMADAS E POSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

a)= aprovada a proposta para ser a sociedade anônima transformada em sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mantidos no valor do capital integralizado os mesmos percentuais de participação dos acionistas, e transformadas as ações em cotas da composição do capital social integralizado da sociedade transformada, com as aproximações e arredondamentos das decimais, equivalendo para cada ação integralizada uma cota social integralizada; b)= dissolvidos os órgãos que compunham a sociedade anônima e bem assim tornado ineficaz o capital autorizado, em razão de não ter havido integralização, emissão de ações ou subscrições; c)= aprovado o projeto e redação por capítulos para servir como Estatutos Sociais da sociedade por cotas de responsabilidade limitada; d)= reiterados e ratificados integralmente os documentos subscritos pelos acionistas e arquivados no Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Recife.PÉ sob nºs: 143.807 até 143.810 e 143.812 até 143.816 e relacionados com contratos e acordos particulares das partes.

4. PARECER DO CONSELHO FISCAL:

A sociedade não tem Conselho Fiscal instalado.

5. A Ata, lavrada no Livro próprio tem sua cópia resumida e arquivada na Junta Comercial do Estado da Paraíba, Delegacia da Cidade de João Pessoa, onde foi protocolada sob o número 253.0000.476,2 e na data de 19.12.91 na Escacela nº 25.300.0476.2 por despacho de 19.12.91.

Secretário da Mesa: a)- Paulo Germano Regis Ribeiro Coutinho

Presidente da Mesa: a)- Ieda Regis Ribeiro Coutinho

EXTRATO DO ESTATUTO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E AÇÃO SOCIAL- CIADAS

CAPÍTULO I Art. 1º - O CENTRO DE INTEGRAÇÃO E ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE E AÇÃO SOCIAL, doravante denominado, simplesmente de CIADAS, é uma Sociedade Civil de natureza jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com SEDE e FORO no município de Campina Grande, Estado da Paraíba, com prazo de duração contínuo, cuja a área de trabalho, é todos os municípios circunvizinhos de Campina Grande, des-tinado a dedicar-se a apoiar os esforços de ajuda mútua aos setores mais carentes da referida área de trabalho, através da Cooperação Técnica e Financeira dos projetos alternativos, na agricultura, educação popular, artesanato, saúde e cooperativismo, onde serão regidos pelas regras legais incidentes e pelo presente Estatuto. CAPÍTULO II Art. 5º - São direitos dos Membros: VI - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. CAPÍTULO III Art. 7º - O CIADAS Tem por patrimônio bens móveis, imóveis ou semoventes adquiridos por doações, compra ou outros meios legais e pelos frutos por eles produzidos, e será administrado pelo Conselho Diretor, os quais serão escriturados em nome do Centro. Art. 9º - Nenhum membro poderá lançar mão de bens do CIADAS para si ou para outrem, vendê-los, trocá-los ou aliená-los sem prévia autorização do Conselho Diretor em Assembleia Geral: no caso de dissolução do patrimônio social. CAPÍTULO IV Art. 11º - O CIADAS será administrado por um Conselho Diretor, composto por 04(quatro) membros: 01(um) Presidente, 01(um) Vice-Presidente, 01(um) Secretário e, 01(um) Tesoureiro. CAPÍTULO V Art. 19º - Caso o CIADAS venha admitir empregados, para melhor atender ao volume de serviços que futuramente possa existir, os mesmos serão regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). CAPÍTULO VI Art. 25º - Este Estatuto só poderá ser reformado em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada com a presença da maioria simples dos sócios e por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios presentes: este processo só ocorrerá no todo ou em parte, quando sua prática mostrar o contrário.